



Anais da Assembléia

Nº 22

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 1º DE ABRIL DE 1.981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados: Adalberto Daros e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, José Domingos, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (55): achando-se ausentes os Senhores Deputados: Deni Schwartz, José Domingos Scarpellini e Leônidas Chaves (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 24/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - I.P.E., nos casos que necessitem de internamento, pagará o valor total das despesas hospitalares ocorridas, calculado de acordo com sua tabela própria, para o servidor e seus dependentes cuja remuneração seja igual da inferior a três salários-mínimos da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 1.981.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A regra geral do auxílio de 70%, para despesas hospitalares do servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, de 30 de março de 1964 (Regulamento do I.P.E), permanece intocável, como convém aos interesses do órgão e do próprio funcionalismo.

Contudo, a alteração proposta no regime de auxílio hospitalar, nesta oportunidade, obedece a um imperativo de justiça

social, na medida em que beneficia o associado de menor renda.

É oportuno salientar, ainda, que a iniciativa não se enquadra entre aquelas de competência reservada ao Governador e, conseqüentemente, facultada ao parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Sr. Antônio Dangui, Prefeito Municipal de Janiópolis.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi.

O SR. CARLOS ZANLORENZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho visto aqui neste Plenário, constantemente, críticas sobre desapropriação de terras. E hoje, infelizmente, por um episódio que está ocorrendo no meu município, sinto-me na obrigação de dizer alguma coisa a respeito disso. (Lê).

“O homem do interior do Paraná é um homem amedrontado. Hoje ele se assusta quando ouve falar em polícia, fiscalização e desapropriação.

Nossos agricultores não têm medo do trabalho, da luta de todo dia. Lamentam a doença e as dificuldades, mas procuram enfrentá-las com decisão e coragem.

O difícil mesmo é enfrentar a polícia, que devia dar segurança mas cria a insegurança. A fiscalização, que devia ser séria, mas vive debaixo de corrupção. E as desapropriações, que deviam ser justas, são um verdadeiro castigo, uma desgraça.

Desapropriação no Paraná é uma palavra maldita. Não afeta os grandes, que são avisados muito antes para fazer a reavaliação de sua propriedade.

Nos últimos anos, na imprensa e nesta Assembléia Legislativa a palavra desapropriação foi sempre dita ao lado da palavra injustiça: — Desapropriação injusta, indenização injusta. Agora esse medo chega na Região Metropolitana de Curitiba. Campo Largo vai ter desapropriações de terras para a construção de uma Subestação da Usina de Itaipu.

E logo se tomou conhecimento de que as desapropriações em Campo Largo vão recair sobre as terras mais férteis daquele município, exatamente em propriedades cujos donos recentemente ganharam do Governo do Paraná prêmios de produtividade: medalhas por suas colheitas.

Nós e povo de Campo Largo não estamos convencidos de que a subestação tenha que ser exatamente em cima dessas propriedades. Ninguém nos mostrou dados que justifiquem essas desapropriações. Porque em vez de terras de pouco valor, justamente em cima das mais valiosas e produtivas.

Nós também não aceitamos que a opinião de um técnico seja uma sentença final. A ELETROSUL não deve ter analisado esses problemas de terras férteis, nem ouvido a opinião dos técnicos do Estado e da Prefeitura de Campo Largo. Não deve ter ouvido ninguém.

É muito triste para os paranaenses que a ELETROSUL pense que o que é bom para ela é bom para o Paraná. O que é bom para seus tecnocratas é bom para o povo paranaense. O que é bom para seus técnicos seja bom para Campo Largo. Deveria ser assim, mas não é. Precisamos reagir contra estas medidas que não consideram os interesses do Paraná e dos paranaenses. Campo Largo não concorda com a sentença final dos técnicos da ELETROSUL. Quer ser ouvido; quer opinar sobre seus interesses.

Pedimos o apoio do Poder Legislativo e das autoridades do

Estado, para dialogar de verdade. Ouvir e dizer. Ter informações e dar opiniões. Não somos uma colônia. Somos um Município do Paraná.”

Por esta razão, Sr. Presidente e nobres Deputados, é que estou encaminhando à Mesa um requerimento ao Ministro da Energia e ao Governador do Estado, para que possam fazer alguma coisa em favor daqueles colonos sofredores que estão passando por dificuldades, e, como dizia aqui, são os homens que foram premiados por seus trabalhos e pelo seu interesse no Município de Campo Largo. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, manifestação do Poder Legislativo do Paraná, dirigida aos Excelentíssimos Senhores Ministro Cesar Cals, das Minas e Energia, e Governador Ney Braga, solicitando seu empenho para que seja mudada a localização da Subestação de Sistema de Itaipu, em Campo Largo, implantando-a em área de menor valor produtivo.

Requer, outrossim, que se dê ciência dessas comunicações à direção das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1981.

a) CARLOS ZANLORENZI”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falávamos ontem, da repressão e concentração econômico-financeira e fiscal do Governo, que, depois de 64, procurou centralizar no Poder do Planalto, todas as decisões relativas à distribuição do dinheiro público.

E criou-se no país, Sr. Presidente, o Sistema Nacional de Habitação, para satisfazer a necessidade habitacional do povo brasileiro, especialmente das classes menos remuneradas ou socialmente injustiçadas.

Acontece, Sr. Presidente, que a forma adotada pelo Governo e aplicada ao Sistema de implantação de habitações populares, teve como fundamento e como base, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e isso subtraiu dos trabalhadores, Sr. Presidente, a estabilidade de emprego, e criou o instituto do empreguismo no BNH.

E, em consequência, buscou-se a divulgação por todos os organismos e meios de comunicação que o Governo detinha, e detém, para implantar a idéia que a Revolução apregoava de melhor distribuição de rendas.

Acontece que, nesses anos todos, os 17 anos de prevalência do regime revolucionário, ou apelidado de revolucionário, o que temos visto são as fissuras criadas na sociedade. E grande parte desse dinheiro arrecadado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, principalmente, está sendo carregado para construção de grandes edifícios e volumes enormes de casas não tão populares, para satisfazer o grande capitalismo que domina o mercado de construção civil, no País.

E muitas vezes se vê, Sr. Presidente, na divulgação desses atos, ou dessas inaugurações, ou de concessão de verbas para implantar núcleos desse sistema habitacional, a fala do governo de que é mais uma obra que satisfaz a necessidade do mercado de emprego, ao mesmo tempo que beneficia grande número de necessitados, carentes de habitação.

E em Cascavel, como em vários outros municípios do Paraná, o sistema foi implantado a toque de caixa. E faço, daqui desta tribuna, mais esta vez, apelo contido no abaixo-assinado que vou ler, pois perco até a conta das vezes que vim a esta tribuna, reivindicar em nome dos mutuários adquirentes de alguns núcleos habitacionais de Cascavel, entre eles especialmente, o

Núcleo Habitacional do Parque Verde, as obras públicas ali necessárias.

Quero concluir dizendo que várias reivindicações de implantação de infra-estrutura, naquele bairro, foram mocionadas, foram encaminhadas às autoridades.

E a Assembléia, por meu intermédio, Sr. Presidente, há de receber, amanhã, um abaixo-assinado, com cerca de 400 (quatrocentas) assinaturas, das 486 (quatrocentas e oitenta e seis) casas populares do Parque Verde de Cascavel.

E o texto consta do seguinte: (Lê):

“Os abaixo-assinados, residentes no Parque Verde em Cascavel, bairro construído pelo sistema habitacional do B.N.H., contendo 486 casas, e já habitadas há 3 anos, e não tendo até agora pavimentação asfáltica, nem anti-pó, nem abrigo para ônibus, nem sequer rede de esgotos e estando as fossas exalando mau cheiro e freqüentemente faltando água, resolvem em conjunto, protestar contra este estado de abandono e descaso das autoridades, apesar dos altos impostos pagos e do preço do transporte coletivo, no sentido de reivindicar de quem de direito, as obras indispensáveis à higiene e recomendadas pelas leis sanitárias e urbanas.”

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo à Assembléia como um todo, para que fiscalize, e exija do Sistema Nacional de Habitação, em todo o Paraná, um tratamento concentrado com as necessidades dos mutuários. Espero que as autoridades acolham estas reivindicações com urgência e transformem em realidade esta reclamada aspiração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tomou conta da opinião pública nacional, o seqüestro do cidadão britânico, condenado pela justiça daquele País, a 30 anos de prisão, dos quais cumpridos dois, Ronald Biggs, por piratas internacionais e a sua conseqüente prisão na Ilha de Barbados.

Curiosamente tem havido para o presente caso, um empenho das autoridades ligadas ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores, pouco usual neste País.

É alvissareira a condição que o Ministério das Relações Exteriores se investe nesta circunstância, Senhor Presidente, porque realmente a soberania nacional foi violada e afetada e em razão desses ares novos que sopram hoje sobre o Ministério das Relações Exteriores, mostrando que finalmente o Governo brasileiro, Sr. Presidente, passa a entender como um fato intransmissível, a soberania nacional e como o Ministério das Relações Exteriores tem mostrado agora um empenho que em vezes anteriores não manifestou, apresento à apreciação da Casa um requerimento no seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, preenchidas as formalidades regimentais e ouvido o Plenário, tendo em vista o empenho manifestado para a devolução do cidadão britânico Ronald Biggs ao território brasileiro sob qual tutela estava, REQUER o mesmo empenho para que o casal seqüestrado em território nacional, Lilian Celiberti e Universindo Diaz seja devolvido ao Brasil.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1981.”

Porque, Senhor Presidente, se este cidadão britânico foi seqüestrado à plena luz do dia no recinto de uma churrascaria de um local público, e foi levado por piratas internacionais para a Ilha de Barbados, podendo, agora ser extraditado para o território britânico, a Justiça brasileira, a imprensa brasileira provaram sobejamente que piratas da repressão internacional da ditadura uruguaia mancomunados com os agentes da repres-

são brasileira, invadiram um apartamento na cidade de Porto Alegre, seqüestraram violentamente um casal de uruguaios, asilados no Brasil, Lilian Celiberti e Univercindo Dias.

Violentaram a vida de uma criança de 6 anos de idade, Camilo Torres e foram levados "manu militari" para as prisões da repressão uruguaia e entretanto as autoridades brasileiras não tiveram o mínimo empenho para que fosse reparada esta violação no território nacional.

Pelo contrário, Sr. Presidente, não tiveram empenho e procuraram dar toda a cobertura aos agentes da repressão, fazendo inclusive de "Didi Pedalada", de "Peters Sellers", dois heróis da pilantragem, dois heróis da anticultura, dois heróis da anti-humanidade, mostrando que neste País, explicando-se claramente os atentados terroristas de extrema direita, que atentaram contra a vida do jurista Dalmo Dallare, que atentaram contra a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que atentaram contra a Ordem dos Advogados do Brasil e mais recentemente, contra a sede da "TRIBUNA DA IMPRENSA". E telefonam anonimamente para parlamentares da Oposição condecorar com medalhas e com promoções um "best seller". Ele esmaga a sociedade civil com ameaças e com intimidações.

Oxalá, o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Justiça, tenham para com a soberania nacional o mesmo empenho que agora estão manifestando, para um dos integrantes da quadrilha do assalto do século.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ocupo a tribuna para cumprir um dever de reconhecimento a um homem público que, tendo exercido durante dois anos um cargo eminentemente político no Governo do Estado, demonstrou, além de dedicação e competência para o desempenho de tão delicada missão, um grande respeito por esta Casa e pelos representantes do povo que aqui têm assento.

Falo do ex-chefe da Casa Civil do Governador Ney Braga, Senhor Luiz Alberto Gomes, que há poucos dias deixou o cargo para passá-lo ao ex-Presidente desta Assembléia Legislativa, nosso companheiro Fabiano Braga Côrtes.

Jovem ainda, pois não atingiu a faixa etária dos 40 anos, Luiz Alberto Gomes já se destaca no cenário da vida pública do nosso Estado como um dos elementos promissores para a tão esperada e necessária renovação de lideranças, tanto na área administrativa como na atividade política.

Homem do interior, pois nascido em Irati, tradicional berço de ilustres homens públicos paranaenses, Luiz Alberto teve sólida formação universitária. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, aperfeiçoou-se em Administração Financeira na Universidade de São Paulo e ampliou seus conhecimentos técnicos em cursos, seminários e estágios nas áreas de Economia, Finanças e Administração, no Brasil e no exterior.

Antes de ingressar na vida pública consolidou seus conhecimentos técnicos exercendo atividades profissionais na empresa privada, experiência que lhe deu amplo conhecimento dos problemas que afligem o empresário, suas angústias, suas necessidades, seu desejo de participação consciente nas grandes decisões políticas do País e do Estado.

Na atividade pública, teve a escola de uma grande instituição como o Banco do Brasil; aprofundou-se nos conhecimentos do ramo mais avançado da técnica da administração, o computador, tendo trabalhado nesse setor em empresa privada especializada exercendo relevantes funções técnicas na Coordenação

Geral.

Essa experiência ampla da administração na área pública credenciou-o a desempenhar com brilhantismo, a partir de 1972, funções executivas de grande responsabilidade na COPEL e a exercer, entre 1973 e 1974, o cargo de Assessor Especial do Governador do Estado.

Foi com essas credenciais que o nome de Luiz Alberto Gomes foi lembrado, pelo Governador Ney Braga, para integrar a sua equipe de Governo na Chefia da Casa Civil.

Cargo que, além das qualidades já demonstradas por Luiz Alberto no exercício de funções públicas relevantes, exige aquelas aptidões inatas de equilíbrio emocional e raciocínio rápido, aliadas a um comportamento ético irrepreensível. Faço assim o registro de sua passagem no Palácio Iguaçu. Em especial, acredito que os Senhores Deputados de todas as correntes partidárias aqui representadas o reconhecem, tivemos um amigo, que respeitava esta Casa e que prestigiou os representantes do povo com a fidalguia do trato com que sempre distinguiu a todos nós.

Este registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para destacar o papel exercido por Luiz Alberto Gomes na Casa Civil da Governadoria, no período que exerceu a sua Chefia. Ao mesmo tempo para desejar a este ilustre homem público, nas novas funções que passou a exercer, no Banco do Estado do Paraná, o mesmo êxito com que se houve em todos os cargos anteriores que desempenhou.

O Paraná está de parabéns por contar, nesta hora de dificuldades e de apreensão com os graves problemas que enfrenta o País, com uma nova geração de homens públicos - no Governo ou na Oposição - com homens da qualificação técnica e do comportamento ético de Luiz Alberto Gomes."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

"Ou o Paraná se une em torno de Ney Braga, ou o Paraná vai ser um Estado de segunda classe na Nação brasileira". Esta interessante afirmação, consta do jornal "O Estado do Paraná" de hoje, feita pelo titular da Secretaria da Cultura e do Esporte, Luiz Roberto Soares.

Não fosse hoje, 1.º de abril, poder-se-ia dar crédito a tal afirmação. Afinal, como brincadeira seria admissível.

Mas falando sério, é preciso lembrar que a maior causa de o Estado do Paraná estar no ostracismo político, a nível de esfera oficialista, é exatamente o feudalismo neysta que vige no Estado há mais de 30 anos.

Não podemos esquecer nunca que as expressões políticas, quando não se adaptam aos novos tempos, às novas causas, às novas realidades, aos clamores populares mais visíveis, passam a perder, dia a dia, conceito entre os cidadãos do seu estado, bem como perante a Nação inteira.

Um homem que foi Prefeito de Curitiba; Governador do Estado, pelo voto livre, direto, quando o País respirava o ar puro da democracia, e que depois, premiado pelo golpe de 64 passou a titular de um dos mais importantes ministérios desta República, o Ministério da Agricultura; a seguir, senador; posteriormente, Ministro da Educação e Cultura; finalmente, indicado interventor no Palácio Iguaçu, teve, como ninguém na História do Paraná ou de qualquer outro Estado do País, todos os meios e instrumentos para colocar o nosso Estado em primeiríssimo lugar no concerto dos estados membros da República.

E qual é a realidade hoje?

Não temos nenhum ministro paranaense; não possuímos nenhum componente no primeiro escalão administrativo da União, e vivemos quais marginais políticos do sistema vigente,

sem voz, sem vez, sem força, sem expressividade maior, nos meandros das decisões do Planalto.

Esta é a herança dos 20 anos de neysmo. Portanto, Sr. Secretário Luiz Roberto Soares, o Paraná deixou de ser reconhecido politicamente na esfera oficial, em que pese ser uma das maiores expressões regionais na economia brasileira, por possuir esse feudalismo monolítico e já ultrapassado pelo tempo, pelas idéias, pelas causas que defende.

Assim sendo, o Paraná precisa se livrar desse mal político, cujo remédio chama-se alternância no Poder.

Quem foi Ministro da Agricultura e hoje Governador de um Estado agrícola, deveria ter tido a sensibilidade para evitar o esvaziamento do Estado, bem como o surgimento de mais de oitocentos mil "bóias-frias"; quem foi Ministro da Educação, deveria ter tido a sensibilidade de minimizar a crise educacional, inclusive a nível do Estado, e federalizado as três onerosas universidades, entre tantas outras questões que angustiam os paranaenses.

Este Estado, Sr. Secretário Luiz Roberto Soares, que já pontificou com expressões políticas que compuseram a seleção política deste País, hoje, tristemente, está figurando entre os mais combalidos participantes da Taça de Bronze da vida política oficial deste País.

Portanto, Sr. Secretário, já estamos na terceira divisão e é hora de modificar as coisas neste Estado, hoje tão desprestigiado, tão marginalizado, unicamente em função do feudalismo engravado no Palácio Iguacu. É hora de apagar do quadro negro, o Braganá. E reconduzir o Paraná aos trilhos do progresso, do desenvolvimento, do respeito governamental.

Não fosse hoje, dia 1.º de abril, dia universal da mentira, e até poderíamos acreditar nas afirmações do Sr. Secretário Luiz Roberto Soares."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios, no Pequeno Expediente.

O SR. PALÁCIOS -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Torna-se necessário difundir e implantar uma política de desenvolvimento florestal, que deverá ser consubstanciada em normas precisas e permanentes de Direito, as quais evitarão o debate entre aqueles que defendem, com base na ecologia, a intocabilidade dos bosques e outros que propugnam a sua utilização econômica, sem atentar para a preservação dos valores ecológicos".

Este é um dos trechos principais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do 2.º Congresso Sul Americano de Política e Direito Florestal, encerrado recentemente, em Salvador, Bahia, com a presença de representantes de diversas nações do nosso Continente.

Durante este encontro, foi criada a Associação Brasileira de Direito Florestal, que terá sua sede em Brasília. Para primeiro presidente da entidade foi eleito um paranaense: Athos de Santa Tereza Abilhoa. Essa nova entidade terá como objetivo principal o intercâmbio de legislação e estreitamento de relações de entidades ligadas ao setor.

Assim, surge mais outro órgão a integrar quase meia dúzia de associações, sociedades e outras entidades específicas ao desenvolvimento florestal. Resta saber da atuação efetiva desta entidade. Há muitos anos o Paraná sofre com o desmatamento indiscriminado de suas reservas florestais, sem que praticamente nada se faça para impedir este processo de desertificação de nosso Estado.

É necessário que as lideranças deste Estado tomem uma posição definitiva a respeito da necessidade de se proteger o nosso verde. É necessário que haja uma grande campanha de conscientização da comunidade e, principalmente, dos grandes madeireiros do Estado, no sentido de se fixar que os recursos

naturais são um meio e não um fim em si mesmo.

É preciso que se implante um sistema racional e sábio, em que as árvores atendam igualmente às necessidades ecológicas e econômicas das comunidades, através da renovação permanente das florestas e através da implantação de novas florestas. O futuro da humanidade está diretamente relacionado com o respeito que esta mantém para com o meio-ambiente."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Esperei, Sr. Presidente, uma ou duas sessões para responder ao nobre Deputado Deni Schwartz, mas, dada a sua ausência, eu nunca pude ocupar a tribuna.

Entretanto, como existem outros oradores inscritos no Grande Expediente, eu, lamentavelmente, e lamentando também a ausência do nobre Deputado, vejo-me obrigado a responder ao discurso que ele fez na semana passada, nesta Casa.

Mas, antes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero manifestar a minha estranheza com relação ao nobre Deputado Fiori Luiz, que tanto fala em democracia nesta Casa, mas, hoje, vem de público, criticar o nosso colega desta Casa, o Deputado Luiz Roberto Soares, por ele exercer o mais comecinho dos direitos vigentes num regime democrático, que é a livre manifestação de idéias e de opiniões.

O Deputado Luiz Roberto Soares disse aquilo que ele pensa a respeito da política paranaense e a respeito do Governador do Estado.

Cabe ao nobre Deputado aceitar ou não essas colocações, mas, jamais criticá-lo de forma contundente como fez na tarde de hoje.

E na sua própria crítica, ele acaba dando razão ao Deputado Luiz Roberto Soares, quando ele diz que o Paraná, hoje, não tem um Ministro. O Paraná teve ministros exatamente pela influência política desse grande Líder paranaense, que é Ney Braga. Ele mesmo já foi Ministro por duas vezes. Hoje, nas funções de Governador, é evidente que ele não pode influenciar na política nacional, solicitar do Presidente da República que nomeie um paranaense Ministro, se isto é uma atribuição exclusiva do Chefe do Poder Executivo da Nação.

E também nós não concordamos, Sr. Presidente, quando o nobre Deputado Fiori Luiz chama o Governador Ney Braga de interventor. Isto prova que ele não conhece a história política do Paraná; que ele não conhece a trajetória política do Governador Ney Braga, que sempre foi um campeão em vencer eleições.

É a primeira vez, na sua vida, que está exercendo um cargo por indicação indireta.

Mas, é a sistemática do Poder, é a Constituição que reza que os Governadores serão escolhidos pela forma indireta. Esta Constituição que nós juramos, aqui, obedecer, e sob cuja égide nós fomos eleitos e, portanto, aceitamos a regra do jogo quando nos candidatamos. Nós sabíamos, tínhamos consciência, de que os Governadores eram escolhidos pela via indireta.

Portanto, Ney Braga não é um Interventor no Paraná.

É um Líder, verdadeiro campeão em vencer eleições. Jamais perdeu eleição. Inclusive quando se elegeu Deputado Federal, fez uma legenda sozinho, porque ele concorreu sozinho pelo então Partido Democrata cristão, Partido Novo, sem nenhuma expressão eleitoral, sem nenhuma penetração no eleitorado do Paraná, porque aquele tempo o eleitorado paranaense era dominado pelas siglas do PDS, da UDN e do PTB.

E, ali, ele, praticamente, fez uma legenda sozinho. Isto é

um feito memorável, inquestionável, sobre o qual ninguém tem o direito de desconhecer, principalmente quem exerce um mandato popular. (Lê):

“Temos acompanhado com satisfação o pronunciamento de Srs. Deputados da Oposição sobre o problema criado pelas desapropriações de Itaipu, porquanto a palavra do PMDB vem se somar às gestões do Governo, pelo encontro de uma solução pacífica e satisfatória para as populações que serão desalojadas pela barragem.

Que isto é plenamente viável, visto ser um interesse comum do Governo do Estado e da União - e inclusive da Oposição - não resta a menor dúvida. Aqui mesmo, no Paraná, temos hoje Foz do Areia, segunda maior hidrelétrica da América Latina depois de Itaipu, e todos os problemas fundiários e sociais foram ajustados satisfatoriamente.

Válida, entretanto, a preocupação, porque, na verdade, ao sediar as grandes obras de geração energética, perde o Paraná terras agricultáveis valiosíssimas, deslocam-se contingentes humanos, alteram-se inclusive as condições ecológicas e climáticas sendo justo e válido que desses inconvenientes decorram compensações que amenizem os transtornos.

Em contrapartida, não se pode encarar o Paraná como uma fronteira fechada e vociferar contra essas obras, como fez recentemente o nobre Deputado Deni Schwartz, porque vivemos plena consciência de que nossos recursos hídricos, um caso geográfico, se a natureza privilegiou este Estado com terras férteis, bom clima e rios importantes, fazer desse capital um fator de enriquecimento nacional é tarefa grata, valendo agradecer à providência vivermos num ambiente propício à produção e ao desenvolvimento.

Válido portanto, mais do que postular, exigir mesmo que os agricultores e as comunidades afetadas, como é o caso de Guaíra, sejam ressarcidos pelos danos com justiça e realidade.

Tal reivindicação tem sido levada, com energia, pelo Governo Ney Braga, a todos os escalões de Governo, porém sem o regionalismo de pretender negar os méritos da obra apenas em razão das suas implicações negativas, postura esta muitas vezes escolhida pela Oposição.

Não há mais que se discutir oportunidade de Itaipu, trata-se de impedir que expropriações se transformem em espoliações, porque - como bem disse o jornalista Samuel Guimarães da Costa em recente entrevista à imprensa - “o agricultor do sudoeste do Paraná possui elevado nível de espírito associativo e comunitário, e não mais quer ser um errante, obrigado a se deslocar de sua querência”.

Apenas uma indenização equitativa permitirá que esses agricultores adquiram outras propriedades na própria região e é por equidade o empenho do Governo do Estado junto aos poderes desapropriantes.

Temos, portanto, uma luta comum a todos, em que o Paraná deve aparecer unido, e assim se impor perante a Nação, cobrando o que lhe é de justiça.

Mas, vem o Deputado Deni Schwartz, com a dialética que lhe é peculiar, e trama réstia de cebola com galho de arruda, dando às suas palavras um tempero impossível de tragar.

Nossa solidariedade quando falou do clamor por justiça aos prejudicados de Itaipu.

Mas, Sua Excelência, num toque surrealista que me lembrou aqueles desenhos animados da Pantera Cor-de-Rosa, terminou seu pronunciamento convocando o Governador Ney Braga a tomar posse nesta Assembléia, afirmando que não o fez até agora porque a Polícia Militar não permitiu que o Prefeito de São Miguel do Iguaçu desse água aos colonos acampados beberem.

O Governador do Estado não tem culpa pelo montão de água que vai se acumular na barragem. Nem culpa tem pela água derramada pela Polícia Militar.

Tampouco pelas alegadas corrupções ocorridas em Itaipu

e denunciadas por um grande jornal de circulação nacional que, aliás, faz as acusações de corrupção sem citar nomes, apenas dizendo que se colocou dinheiro por baixo da mesa e que culpa tem o Governador do Estado do Paraná, se porventura existir corrupção com a Diretoria da Itaipu Binacional.

Pelo contrário, é hoje exatamente o líder da tese defendida pelo Deputado Deni Schwartz, esse clamor de justiça que nos irmana todos nesta Casa, e aqui quero deixar consignado os meus aplausos à Bancada do PMDB que, com tanta veemência, com tanta lisura e com tanto patriotismo, vem defendendo os colonos daquela região.

Mas, o espírito da “Pantera Cor-de-Rosa” trai o Deputado Deni, o que aliás, tem acontecido com Sua Excelência em várias oportunidades. Ele vem entusiasmado em seus arroubos oratórios e no final do seu pronunciamento, comete injustiças que só vêm desmerecer o que de aproveitável contém em seus pronunciamentos, porque é realmente um Deputado estudioso, um Deputado realmente preocupado com a realidade nacional, preocupado com os erros que se cometem hoje neste País, mas as injustiças que ele comete naqueles arroubos de oratória, invalidam exatamente a sua postura em defesa daqueles princípios de moralidade pública.

Ora, é preciso que o Paraná inteiro saiba que o Governador Ney Braga tomou posse. O Governador Ney Braga tomou posse sim, meu caro Deputado Deni Schwartz, cuja ausência hoje lamento neste plenário, e o fez na presença, não só do Deputado Deni Schwartz, mas de todos nós, aqui.

Agora, não será o testemunho da sua amnésia que invalida essa posse, e sim a atuação da administração que acaba de completar dois anos de gestão.

E vou, para encerrar esse assunto, fazer um sumário dessas realizações.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Líder da Maioria, ausente o Deputado Deni Schwartz, me parece que é profícuo até levantarmos algumas questões em torno da intercessão que Vossa Excelência faz, analisando, ponderando e criticando inclusive o pronunciamento que fizera ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Antes que Vossa Excelência continue o aparte, quero lembrá-lo e à Casa, que fiz uma ressalva quanto à ausência do nobre Deputado, mas Vossa Excelência sabe que as inscrições no Grande Expediente são improrrogáveis e eu não podia deixar passar esta oportunidade de dar uma resposta, em nome do PDS, exatamente às declarações que não pegaram bem, não só entre a nossa bancada, mas a todo o povo do Paraná.

O Sr. Nilton Friedrich — É óbvio que pondero sua elegância e sua ética em ter levantado essa premissa.

Mas, indo ao mérito de sua colocação, ilustre Líder, é preciso dizer que o sentido claro que Deni Schwartz colocou na tribuna, é que o Governador Ney Braga deveria assumir o Governo do Paraná.

Em que sentido? No momento em que, por exemplo, agora estão lá os agricultores de Itaipu, que o Governador se colocasse de imediato ao lado dessa parcela de paranaenses que está sendo injustiçada, oprimida e em dificuldade e se colocar ao lado, da melhor maneira possível, e me lembro inclusive da terça-feira primeira do movimento, quando voltávamos de Foz, colocávamos também na tribuna, no Horário da Liderança, a necessidade de um Governo para ser Governo atender os interesses de seu governado.

E, neste instante, há uma expressiva parcela de governados do Paraná que estão clamando por justiça. E veja quanto tempo demorou o Governo do Estado para assumir o seu papel, que não deveria ser só de intermediador como está sendo agora,

deveria ser inclusive, de estar ao lado desses paranaenses desde o primeiro dia, desde a primeira hora. Porque a injustiça que está lá acontecendo é por todos sentida. Além do mais o Deputado Deni Schwartz, tenho certeza disso, exatamente argumentava por essa demora do Governo se posicionar e ele só o fez, depois que veio um agrupamento de agricultores de lá para que o Governador os recebesse e entendesse mais a sua situação.

Nós entendemos que o Governo deveria ter ido ao encontro dos agricultores, desse paranaenses que estavam clamando por ele e por justiça. Por outro lado, ilustre Líder, a Polícia Militar, tenho certeza, como o Deputado Deni Schwartz o fazia, é que ela não estivesse a serviço como esteve da opressão. Porque no momento em que ela tomou as atitudes que lá tomou, ela estava representando em última análise, um segmento administrativo e policial do Estado. E, portanto, nós do PMDB se estivéssemos no Governo, talvez, devido a situação hoje do País, devido a situação dos próprios detalhes que estão na própria Constituição, do estado de emergência e outras coisas mais, tivesse talvez obrigação de colocar Polícia Militar. Mas, jamais faríamos o que ela fez.

Se nós estivéssemos no Governo e isso o Deni colocou claramente, haveríamos de colocar a Polícia Militar para ajudar a fazer acampamento daqueles agricultores, para ajudar a trazer água, para, inclusive, compartilhar da alimentação e não fazer como se fez. E quando por exemplo, o Prefeito de Foz do Iguaçu se nega a dar água e tem que vir um Prefeito de São Miguel, distante vários Kms para suprir essa indignidade humana, esse Prefeito, na verdade, também representa o Governo do Estado, porque é o segmento dos prefeitos nomeados.

Por esta razão, aqui me parece que o Deputado Deni Schwartz e esta é a nossa visão, na verdade tem razão nas colocações que ele fez figurando essa idéia que Ney Braga deveria assumir o Governo do Estado e estar ao lado dos paranaenses principalmente, quando há problemas como o dos suinocultores, quando há problemas como o da questão do confisco da soja, quando há problemas como das notas promissórias rurais, quando há problemas da questão do confisco do café, quando há problemas específicos como este de Itaipú. Portanto, ali, o Governo deveria assumir do primeiro instante, na primeira hora a posição favorável, não só da intermediação.

Por esta razão, nós entendemos que o Deputado Deni Schwartz, embora simbolizando diz, que o Governo deveria assumir o Paraná. E me parece que nesse aspecto ele tem razão.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência, embora não concorde que Vossa Excelência como Líder dessa guerrida, dessa notável bancada que é PMDB nesta Casa, está cumprindo evidentemente o papel do Líder, que é defender o seu liderado.

Mas não foi essa premissa levantada pelo Deputado Deni Schwartz, os jornais da Casa estão aí para comprovar. Ele chegou a solicitar à Mesa que marcasse uma solenidade e uma posse do Governador, que até então não tinha tomado posse.

Então, esse não foi o meu entendimento. Em todo o caso eu concordo com Vossa Excelência, e Vossa Excelência, aliás brilhantemente, está exercendo a função de líder de uma bancada. Agora, com relação à Polícia Militar, eu pergunto a Vossa Excelência, e tem mais uma, eu discordo de Vossa Excelência e também do Deputado Deni Schwartz, em dizer que o Governador do Estado só intermediou após receber uma Comissão de colonos lá de Itaipu. Absolutamente Vossa

Excelência não pode esquecer que os nobres Deputados representantes daquela região, Deputado Werner Wanderer, Deputado Tércio Albuquerque, Deputado David Cherigate, Deputado Egon Pudell, enfim os nosso companheiros do PDS, representantes daquela região, foram além. Solicitaram através do Ministro Chefe da Casa Civil, da Presidência da República, uma audiência, através da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado. Solicitaram também ao Presidente do Partido, da Sessão Estadual do PDS, Deputado Norton Macedo, que também encampasse esta luta em favor dos colonos de Itaipú, irmanados aliás com o esforço elogiável da bancada de Vossa Excelência.

Portanto, discordo também desta colocação. Não nos compete agora aqui analisar problema de confisco de soja e outros problemas já superados. Na oportunidade demos também a devida resposta.

Quanto à Polícia Militar do Estado, também não vou defendê-la porque não estive lá. Não vou defender o Prefeito de São Miguel de Iguaçu porque também não estive lá. Agora pergunto a Vossa Excelência qual a violência cometida pela Polícia Militar contra quem quer que seja em todo este episódio?

Não vi nenhuma denúncia. Inclusive conversei com os agricultores que estiveram acompanhados do Secretário da Agricultura e do Diretor do Instituto de Terras e Cartografia lá no Palácio Iguaçu, conversei com eles, perguntei a quase todos eles se tinha havido violência policial e todos negaram, todos foram unânimes em dizer que a Polícia esteve lá apenas para a manutenção da ordem.

É um dever. Se Vossa Excelência fosse Governador do Estado, ou se o Governo do Estado fosse do partido de Vossa Excelência qual seria o papel do Governador? Seria a primeira coisa assegurar a manutenção da ordem pública.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas a violência não é só física, mas é a intimidação, que também não deixa de ser violência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então Vossa Excelência, subjetivamente, está procurando subterfúgios, entendo claro, subjetivamente Vossa Excelência pode ter razão.

O Sr. Tércio Albuquerque — Permite-me um aparte?
(Assentimento)

Prezado Deputado Erondy Silvério. Nesta tarde Vossa Excelência discorre, como sempre, com muita propriedade, em defesa do nosso Governador Ney Braga que, na realidade, vem atuando em todos os setores deste Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Só gostaria de fazer uma colocação. O Governador Ney Braga não precisa de defesa. O povo do Paraná já o conhece. Estamos apenas fazendo aqui uma colocação do que tem sido a atuação do Governador. Ele não precisa de defesa.

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas, continuando, digo a Vossa Excelência de que o Prefeito de Foz do Iguaçu não teve a intenção de negar o abastecimento de água. Tanto é que agora ele, a pedido da comissão, e com o nosso apoio, mandou construir vasos sanitários e está fazendo toda a limpeza do local onde os agricultores estão acampados.

O nosso aparte, na realidade, não foi para dizer o que falamos até agora. É que Vossa Excelência lamentou demais a ausência do Deputado Deni Schwartz, que respeito a capacidade intelectual, mas o ano passado ele não respeitou a sua, quando fez um pronunciamento nesta Casa dizendo que o Líder do Governo, em seu programa na rádio dizia uma coisa contra o Governo, porque o público inteiro estava ouvindo. E aqui nesta Casa Vossa Excelência defendia com amor e com

afinco o Governo deste Estado. Não precisa Vossa Excelência lamentar tanto que nós sabemos que Vossa Excelência respeita as ausências, mas no ano passado Vossa Excelência não foi respeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência com um discurso muito bem concatenado e vasado em elevados termos, vernáculos eruditos da língua, constrói uma figura, digamos assim, até literária para responder o Deputado Deni Schwartz. E se serve, nobre Deputado, da expressão e procura mostrar um quadro, como bem diz Vossa Excelência, de surrealismo. E usa a figura da "Pantera Cor-de-Rosa", para traduzir então, toda a hilariedade, toda a comicidade que seria a posição do Deputado Deni Schwartz.

Ora, qual a posição do Deputado Deni Schwartz? A sua posição foi um grito de ansiedade, em defesa dos interesses do Paraná. Ali está posicionado, na verdadeira acepção da palavra, toda a ansiedade que vai no povo do Paraná, contra o que hoje nós conhecemos pelo esfacelamento da Federação. Os interesses do Estado estão sendo postergados em função do centralismo que os Governos arbitrários implantaram na Nação. Esta é que é a verdade. O Governador Ney Braga de hoje, não é o mesmo Governador Ney Braga, antes de 64, quando os Estados tinham autonomia e quando o centralismo não existia verdadeiramente massacrante como hoje.

Então Vossa Excelência, educada e cavalheirescamente responde ao Deputado Deni Schwartz e usa a figura da "Pantera Cor-de-Rosa". Mas, Deputado Erondy Silvério, a realidade fática do Paraná, talvez dentro da limitação do Deputado Deni Schwartz, ele não tenha colocado de uma maneira mais inteligível. Mas a realidade fática do Paraná de hoje, não é também a figura que Vossa Excelência usa, da "Pantera Cor-de-Rosa". A realidade fática é que a parte do leão, — e o leão sempre é mais forte do que a Pantera, a parte do leão, a grande abocanhada que foi dada em cima do Paraná. Esta Vossa Excelência não pode contestar. Na divisão do espólio do Paraná, a parte do leão ficou com o Governo Central. E o grito dado aqui dentro, o protesto dado aqui dentro, pelo Deputado Deni Schwartz, foi exatamente para que se inverta esse papel: para que a parte do leão, usando uma expressão, uma figura, um símbolo, fique para o Paraná.

Esse é o entendimento que eu faço. Vossa Excelência também não usa então uma figura muito apropriada. Porque se nós confrontarmos entre a pantera e o leão, lamentavelmente nós temos que reconhecer que o leão é muito mais forte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência, concordo em parte, principalmente se for o "leão da Receita Federal". É muito mais forte mesmo. Entretanto, eu quero dizer a Vossa Excelência, para que os Anais registrem, que não me passou nem de leve a intenção de fazer uma comparação hilariante com um Deputado que eu respeito. Exatamente porque eu sinto a sua preocupação, a sua imensa preocupação, em debater os problemas cruciais do povo brasileiro.

Esta tem sido a sua atuação nesta Casa. Entretanto, Vossa Excelência e o Plenário, há de concordar comigo, respostas educadas, para perguntas educadas; respostas hilariantes, para colocações hilariantes. Porque o que o nobre Deputado Deni Schwartz quis fazer, foi uma gozação, com uma figura austera sob todos os títulos, respeitável, sob todos os títulos, que é o Governador do Estado.

Ao dizer que ele não tomou posse, de seu mandato

após dois anos de administração. E para provar isso, vou dar à Casa, um sumário de realizações, que é um golpe na cabeça da pantera. E que vai lhe devolver a memória. Porque nesses dois anos, só em casas populares, a COAPAR construiu 11.960 casas; quando em toda a sua existência, havia construído 7.846 unidades habitacionais. E o benefício, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, favoreceu sessenta mil paranaenses.

Em 1.980 foram iniciadas mais 9.625 casas para atender 48 mil habitantes em 36 municípios.

Na área de comunicação, de telefonia propriamente dito, em dois anos, foram feitas duas mil ligações, totalizando, hoje, 500 mil aparelhos ligados.

Quer dizer, até o final do Governo Ney Braga, iremos mais que duplicar o sistema de telefonia do Paraná.

EROSÃO — foram investidos 800 milhões de cruzeiros, atendendo 100 municípios atingidos.

EDUCAÇÃO — sem falarmos na área de recursos humanos, em que foi resolvida uma questão crucial que se arrastava por muitos e muitos anos, com a promessa de todos os Governos que era de acabar com a figura execrável do suplementarista, sem nos atermos ao aspecto de recursos humanos da educação, foram feitas cerca de 118.930 novas matrículas de 1.º grau, construção de 1.936 salas de aula, para abrigar mais de 97.720 alunos.

Recursos de 246 milhões no equipamento e reequipamento às escolas; 15 mil bolsas de estudos concedidas, assistência alimentar a 540 mil alunos-ano.

SAÚDE PÚBLICA — 12 milhões de doses de vacina contra doenças transmissíveis, convênios com 61 municípios, para construção de micro-sistemas de abastecimento de água, construção de mini-postos de saúde em 50 localidades.

SEGURANÇA — foram entregues 89 obras destinadas à instalação de serviços policiais, só na Capital, 24 postos familiares, implantados 206 postos de identificação em todo o Estado.

TRANSPORTES — entregues 504 quilômetros de rodovias pavimentadas, mais 1.000 quilômetros serão entregues este ano em rodovias vicinais, e de revestimento primário, o total para este ano será de 3.326 quilômetros, implantação de sistema alternativo de transporte, com reativação de Antonina, sistema "roll-on-roll-off", em Paranaguá; criação das centrais e formação de fretes.

ELETRIFICAÇÃO RURAL —

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que falta um minuto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, continuarei o relatório, apenas avançando no horário destinado à Liderança do PDS. Agradeço a Vossa Excelência.

ELETRIFICAÇÃO RURAL — levando energia a 20.201 propriedades rurais.

SANEAMENTO BÁSICO — em toda a sua história, o Paraná contava com 407 mil ligações. Nestes dois anos do Governo que não tomou posse ainda, a SANEPAR efetuou 155.329 ligações e mais 360 mil serão efetuadas até o final do Governo. Mais que duplicando o existente.

Além de reparos, investimentos de cerca de 50 milhões de cruzeiros, em 1.019 obras em todos os municípios do Paraná. E chega, Sr. Presidente, e chega Srs. Deputados, porque seria tedioso enumerar setor por setor tudo que está sendo feito neste Paraná, na administração do Governador Ney Braga, que não só foi empossado, mas tem no seu trabalho o testemunho de presença nos quatro cantos do estado, menos na cabeça daqueles que não querem reconhecer.

Para finalizar, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, queremos tão somente formalizar para registro nos Anais, a confiança do PDS, em que o Paraná, tão bem representado

pela Liderança de Ney Braga, saberá se impor em defesa de tantos quantos forem desalojados por Itaipu, e o fará, tenho certeza, com altivez, com dignidade, e, acima de tudo, com realismo.

Porque tentar inculpar o Governo paranaense, pela incerteza que aflige aquelas pessoas é tão absurdo que não há qualificação.

Não quero, evidentemente, prosseguir, e fazer comparações, para que minhas palavras não sejam mal interpretadas. Para que, amanhã, ao ler os Anais da Casa, o nobre Deputado Deni Schwartz, que, repito, respeito muito, não diga que nós partimos para o caminho da jocosidade, para tentar rebater palavras jocosas, que Sua Excelência disse, com relação a um Governo que, como já disse, é respeitado por todo o Paraná.

Porque este Governo, acima de tudo, prima, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, — está aí a Oposição desafiada, prima, acima de tudo, pela segurança, pela honestidade, com que ele maneja, com que ele manobra, os dinheiros públicos.

Este Governo é realmente, o guardião dos recursos públicos, porque, desafiados, quem quer que seja, a apontar um só caso de corrupção, neste Governo. Porque, Ney Braga sempre primou, em toda sua vida pública, pelo carinho, pelo zelo, pelo trato, pelo respeito que o dinheiro público deve merecer dos dirigentes.

Portanto, é com orgulho, com satisfação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a nossa bancada, não menos aguerrida que a bancada da Oposição, dá o respaldo parlamentar, necessário, ao grande Governador, que, ao longo de sua vida pública, tem, pelo menos, demonstrado ao Paraná, suas boas intenções, seu amor, seu espírito público.

Então, não é justo que venha um Deputado da Oposição solicitar à Mesa que marque uma sessão solene para que o Governador Ney Braga tome posse do Governo.

Essas realizações são um desmentido cabal àquelas afirmações. Admito, me incorporo, me irmano, à luta desses bravos Deputados do PMDB, em favor desses injustiçados de Itaipu. Agora, não aceito e nem nossa Bancada aceita, expressões galhofeiras como aquelas que ouvimos na semana passada, nesta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência fala com muita propriedade do Governador Ney Braga, que todo o Paraná conhece.

Agora, cada um dá o que tem. O Deputado Deni Schwartz deu o que tinha ao Paraná, procurando menosprezar — como diz Vossa Excelência — o nome honrado de Ney Braga. Ney Braga que é um dos expoentes máximos da Federação, é um homem que enfrenta todos os problemas de frente, com os olhos dirigidos para todos os setores paranaenses. Homem que entrou pobre, que está pobre e vai sair pobre do governo. A única riqueza que Ney Braga tem é o apreço e o carinho de todos os paranaenses de boa vontade e que não procura demagogicamente, como Deputado Deni Schwartz, deturpar os fatos.

Vossa Excelência está de parabéns, pois, conta com o apoio incondicional de seus companheiros.

E queremos, dentro da modéstia que é peculiar a este Deputado, representante de uma pequena parcela do Norte Pioneiro, agradecer a Vossa Excelência não uma defesa, mas a explanação brilhante que Vossa Excelência faz a respeito do melhor Governador do Brasil e que se chama Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a solidariedade de Vossa Excelência.

Para terminar, Sr. Presidente, a nossa Bancada também empresta, neste instante, a sua solidariedade ao Deputado

Luiz Roberto Soares, atualmente exercendo as altas funções de Secretário da Cultura e dos Esportes, pelas colocações feitas, hoje, nesta Casa, a seu respeito, pelo nobre Deputado Fiori Luiz.

Aqueles que conciveram, nesta Casa, com Luiz Roberto Soares, conhecem seu cavalherismo, sua educação; foi um homem que deixou, efetivamente apenas amizades nesta Casa. Tem-se empenhado de forma brilhante, em suas funções naquela Secretaria de Estado. Uma Secretaria difícil, com um programa praticamente inexistente, uma Secretaria nova, tudo por fazer, tudo por estruturar e Sua Excelência vem desempenhando, com brilhantismo, suas funções, atendendo indistintamente, todos os Srs. Deputados desta Casa, porque ele é oriundo deste Poder, ele conhece as dificuldades, as agruras e até os insucessos do político, no trato diário, no cotidiano, com o povo. Por isso, ele é tão compreensivo com esta Casa e exerceu o mais elementar dos princípios, dos direitos previstos na Constituição e que foi externar a sua opinião com relação ao momento político nacional, com o momento político brasileiro. Porque, ele é um homem de Partido, é um homem do povo, é um homem oriundo do Poder Legislativo.

Devemos, isto sim, nos orgulhar de ter à frente de uma Secretaria um homem brilhante, culto, cavalheiro e modesto até, representando os Deputados do Paraná, na administração pública.

Portanto, queremos deixar consignado Sr. Presidente, o nosso apreço, a nossa solidariedade e o nosso respeito ao Secretário Luiz Roberto Soares.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa registra com satisfação a presença neste plenário, do Sr. Álvaro Alves, Prefeito Municipal de Alvorada do Sul e do Sr. Knou Takanachi, Presidente da Cooperativa Mista do mesmo município.

A Presidência consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do restante do horário destinado à sua Bancada. (Declina). Tendo declinado no horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos há poucos instantes a posição da Liderança do PDS em solidariedade às declarações do ex-Líder da ARENA, do atual Secretário da Cultura e do Esporte, o Deputado Luiz Roberto Soares.

Data vênica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se sentiu com direito de expandir suas convicções pessoais ao dizer que o Paraná só conseguirá atingir uma posição de destaque no Brasil, se estiver unido em torno da figura do seu ex-Governador, assim também, eu reivindico democraticamente o direito de discordar desta afirmação.

E o faço por inúmeras razões, a primeira, básica, porque eu não acredito em espécie alguma de que a presença de um só homem na direção de um Estado, não vai alterar no quadro de hoje, a situação mais favorável, a situação menos favorável de qualquer Estado da Federação, isto porque, a nenhum Estado da Federação é dado hoje reconhecer os seus legítimos e até naturais direitos, e o Paraná é o exemplo típico disso. Após 1.964, se extinguiu a Federação brasileira. Todos os Estados em detrimento da Federação, e daí o princípio fascista do atual regime que eleva a figura do Estado e isso nós vemos até nos "slogans" ditados nos últimos anos, do "Brasil Gigante", do "Brasil Potência", da "Nação que vai para a frente", sempre nesta filosofia de relevar a figura, o ente do Estado e não o reconhecimento dos valores imprescindíveis com que se faz este Estado que é o homem.

O homem tem sido massacrado, tem sido pisoteado para que a figura do Estado como ente jurídico, como ficção jurídica passe por cima do homem. Os exemplos estão aí, no curso

deste Governo arbitrário, para prevalecer o regime, para prevalecer a figura e a ficção que criaram do Estado fascista, o homem foi esmagado, não só o homem do povo, mas até aquelas figuras de projeção da República e cito apenas um estadista do porte de Pedro Aleixo, um homem guindado pelo próprio sistema à vice-Presidência da República e no instante em que o sistema se viu ameaçado pela aspiração legítima de um representante da sociedade civil, eis que este próprio sistema como um dragão faminto devora a figura do estadista, e o arrasa e o coloca embaixo do tapete como lixo humano a ser usado para que o sistema mais uma vez predomine.

E vem o nobre e culto Secretário da Cultura e do Esporte fazer esta afirmação de que se não fora a figura do Sr. Ney Braga, o Paraná cairá no ostracismo e sucumbirá como um Estado de segunda categoria da Nação brasileira.

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não posso concordar com esta afirmação, porque ela é de um sofisma claro e evidente.

Se estivéssemos num regime verdadeiramente democrático, em que a figura é a projeção do líder político, do homem que detém o poder político, e quando eu falo em poder político, Sr. Presidente, me refiro na verdadeira acepção da palavra. Poder político, este magnetismo que o homem detém em suas mãos, às vezes, fez um analfabeto capaz de sensibilizar, de conduzir e de controlar os seus semelhantes visando um fim, uma idéia, um objetivo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deteve o poder político nos últimos anos no Paraná o Sr. Ney Braga, graças a esses valores consentidos da população ou impostos através do regime.

É evidente, de que o poder político ficou na mão do General Ney Braga, em função da máquina e da força do atual regime, que lhe outorgou com um processo de cima para baixo, para que ele capitaneasse verdadeiramente este Estado. Como fez em outros Estados, como fez no Piauí, um dos caldatários da Nação brasileira ao outorgar ao ex-Ministro Petrônio Portela e ao ex-Presidente Francelino Pereira, Presidente do maior Partido do Ocidente e pergunto eu: "alteraram-se as coisas e o Piauí de caldatário da Nação subiu a sua liderança?"

Srs. Deputados, então, volto a dizer à Casa, de que nos últimos vinte anos, por um determinado período legitimamente o Sr. Ney Braga teve o comando político da Nação.

Por um período, quando se elegeu em eleições livres e honestas Governador deste Estado em 1960.

Deteve o poder político e concordam os Senhores, porque é uma afirmação verdadeira.

Mas, Srs. Deputados, em 1966 foi novamente o Paraná consultado nas urnas e o Sr. Ney Braga disputou um cargo a Senador, se elegeu e houve a continuidade da legitimação do seu mandato.

Deste mandato do poder político. Mas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vossa Excelência que nos últimos três períodos governamentais foi o único Governador legítimo do Paraná, porque assumiu na condição de Presidente deste Legislativo e todos os demais, foram como outorgados do poder da força e das baionetas, que está lá em cima encrustado na Nação.

Por isso, eu digo aos Srs., a partir de 1974, a partir de 74 quando o Sr. Ney Braga, na condição de Ministro da Educação, de real mandatário deste Estado de representante junto ao Poder Central, subiu num palanque político, gesto que repetiu em 78, para pedir votos na eleição plebiscitária que se fez neste Estado ao Senado da República.

Ele como ex-Senador, ao subir num palanque, ao conchamar o povo do Paraná, para que lhe outorgassem um voto de confiança, isto era como ele num palanque vindo pedir o voto para os seus candidatos.

E ao ser fragorosamente derrotado em 74 e 78, e não importa aqui discutir as causas da vitória ou da derrota, importa

aqui o resultado.

O Sr. Ney Braga passou após novembro de 1974, a deter um poder político ilegítimo. Porque não mais escudado no resultado legítimo da eleição livre e soberana.

Então, assiste, razão, quando se diz, que o Governador, o atual Governador do Estado, após 1974, não é mais o vencedor, mas sim o vencido.

E a expressão política que pode representar dentro de um quadro de legitimidade o seu Estado, é o homem que vence nas urnas. De 1964 para cá, em duas oportunidades, o Sr. Ney Braga foi derrotado ...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concedo, depois desta argumentação.

E como vem hoje o grupo neysta pedir principalmente para nós, da Oposição que discordamos dos métodos instalados no País, pela maneira e pela prática como se faz política, com que autoridade esse grupo vem pedir adesão, que a Oposição se una em torno de um homem que foi derrotado nas urnas?

Quando esse grupo não consegue manter mais a unidade dentro dele mesmo que era no Paraná, há oito anos, monolítico?

Por que perdeu o grupo neysta figura de peso e da posição do ex-Governador Jayme Canet Júnior, do ex-Senador Mattos Leão e do atual Senador biônico Affonso Camargo?

Pergunto, do ex-Senador Accioly Filho, pergunto aos Srs. integrantes do grupo neysta, qual é a autoridade que tem para pedir que nós, da Oposição, que vencemos as duas últimas eleições, abduquemos deste direito e desta obrigação que o povo nos outorgou para representar este Estado?

Com que direito devemos nós, ou com que direito podem os homens vinculados a Ney Braga pedir que façamos adesão ao seu nome como única forma de projetar o Paraná?

Digo aos Srs., o Paraná se projetará e se projetou pelo trabalho dos seus filhos, pela luta e pela tenacidade do nosso agricultor, pela coragem de nosso homem do campo que está aí enfrentando a própria polícia nas ruas para reivindicar o seu direito legítimo e sagrado.

O Paraná se projetou pela rebeldia de sua juventude contra a ditadura que se implantou no ensino. O Paraná é o que é porque o Paraná é fruto de sua gente, do trabalho dos homens honrados que vivem aqui, desta mesclagem de raças, tipos e caracteres humanos que se instalaram neste pedaço do território brasileiro.

Por isto, Srs. Deputados, não há como, não há força humana, não há lógica, não há sentido de dizer-se que o Paraná só vai se projetar se estiver unido a Ney Braga.

Desconheço quem não esteja unido em torno de seu Governador quando ele fala pelo Paraná.

Há pouco ouvimos o eminente líder do PDS criticar um Deputado porque ele pedia que o Governador, de fato, assumisse, encarnasse os interesses paranistas.

Quando o Governador levantar, como levantou teses em defesa do Paraná, ninguém esteve desunido, porque o que queremos é verdadeiramente que o Governador assuma de fato a liderança que ele até certo tempo deteve legitimamente, mas que hoje nós, em função do reconhecimento do resultado das urnas, não podemos mais reconhecer, porque este foi um ano em que se elegeu por três, quatro, cinco, ou como disse o Deputado Erondy Silvério, "o campeão de eleições".

Não podemos concordar de que um homem abra mão da força do voto direto para se instalar num Governo, fruto único e exclusivo da força que hoje dirige a Nação.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência dizia no início de seu discurso, referência ao Secretário de Estado, Luiz Roberto Soares, por ter identificado como líder do Paraná, Ney Braga.

É um direito que ele tem, como Vossa Excelência o tem, de identificar seu líder dentro de sua agremiação política partidária.

É um Secretário de Estado dos mais respeitáveis que nesta Assembléia esteve, não me lembro se foi colega de Vossa Excelência, foi meu colega, meu contemporâneo, deu demonstrações de eloquência, de bem servir à causa paranaense.

Foi Líder do Governo, e o fez muito bem, desempenhou muito bem o seu papel. É um Secretário, na minha opinião, inatacável, por todos os méritos.

Vossa Excelência critica o Secretário por ter identificado Ney Braga como seu líder. E diz que o Paraná vai bem graças ao seu povo, a sua gente, ao estudante, ao trabalhador, ao homem do campo, enfim, ao agricultor, seja lá quem for, o grupo que Vossa Excelência identifica como responsável pelo sucesso do Paraná.

Pergunto a Vossa Excelência, os Governantes, não têm mérito algum? Não têm papel relevante algum, no seu entendimento?

Vossa Excelência acha que os homens comandados, sem ter um comandante, podem conseguir aquilo que pretendem?

Sem que os comandantes sejam homens austeros? Homens capazes, homens legítimos.

Muito embora alguns eleitos indiretamente.

Mas são as regras do jogo, Deputado Nilso Sguarezi.

Como é que Vossa Excelência queria que elegêssemos Deputado, um Governador do nosso Estado?

De que forma?

Se as regras do jogo estão aí. Se nós não temos outra opção?

Seria através de que? Do voto direto aqui no Paraná, abriria uma exceção em todo o Brasil? Vossa Excelência está sendo muito confuso em seu discurso, querendo criar talvez um impacto diante das suas palavras.

Mas, tenho a impressão que Vossa Excelência não está alcançando o seu objetivo.

Vossa Excelência está, isto sim, traduzindo o seu pensamento pessoal, que não aceito, por ser ilegítimo.

Vossa Excelência quer mudar as regras do jogo, de que forma?

Arranje uma opção, arranje uma fórmula de nós modificarmos, o que aí está no Brasil. Arranje solução para acabarmos com a inflação. Arranje solução para acabarmos com a dívida externa, arranje solução para acabarmos com o analfabetismo.

Então Vossa Excelência é um Midas, é o supra-sumo, é um homem de poderes incomensuráveis.

Salvo em contrário, minha argumentação, Vossa Excelência está pecando por base.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término do seu discurso.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte do nobre Deputado Nelson Buffara.

Não posso dar aparte aos outros porque lamentavelmente o tempo não permite.

Agora um reparo:— Vossa Excelência confunde lamentavelmente uma posição de aspecto jurídico, com posição política, ao afirmar que a minha posição é ilegítima. Vossa Excelência cai no mesmo erro que dizer que a sua posição é ilegítima. Tenho a legitimidade de vir aqui defender uma posição

política minha. Isso é legítimo. Porque vim aqui, escolhido diretamente pelo povo, com regras escritas anteriormente, acatadas e que são o fruto da consciência nacional.

Tanto que são o fruto da consciência nacional, que por unanimidade nesta Nação, pela primeira vez, se aprovou uma emenda constitucional, para devolver o poder ao povo, para eleger diretamente os seus representantes.

Então todas as posições até por mais absurdas, que eu levantar aqui, são legítimas. E não ilegítimas.

Agora, o Governo que está aí, este sim, é ilegítimo. Porque quando foi o Sr. Ney Braga, naquela eleição no Colégio Estadual do Paraná, juntamente com hoje o Senador indireto Affonso Camargo, hoje execrado pelo PDS, por não estar mais nas suas fileiras, quando foram indiretamente eleitos no Colégio Estadual, numa farsa e num simulacro de eleições, eu na condição de representante e de Líder do MDB, compareci lá como o único Deputado da Oposição, para deixar consignado na ata que está nos Anais desta Casa, protestando contra aquilo que dizemos ser uma farsa de eleição e daí a ilegitimidade que hoje está maculando a vida pública do Sr. Ney Braga.

Não tenho nada contra a pessoa do Governador.

Concluo, Sr. Presidente, não tenho nada contra a pessoa do Governador. Mas como o disse, e vejam a ironia e o exemplo a calhar. Nos últimos anos, Governador legítimo do Paraná, só a figura simpática do nosso Presidente. Porque eleito pela Casa, e num processo regular e não tirado do bolso do colete, como lamentavelmente foram todos os Governadores do Brasil.

E a sociedade civil protestou e o Brasil se levantou contra aquele processo. E nós temos agora a promessa de eleições diretas. Para devolver a legitimidade. Então não se caia num erro até grosseiro de confundir uma coisa com outra.

Legítimo é o Deputado quando assume a sua tribuna para colocar as suas posições pessoais, até discordar das posições legítimas, do Deputado Luiz Roberto Soares.

Mas, ilegítimo é a forma de Governo que está aí. Não se confunda, uma coisa com outra, senão não haverá entendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 55 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FUNDEMAR", com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade

pública o "Grupo Espírita Anna Franco", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 177/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Grupo Espírita ANNA FRANCO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma organização de fins filantrópicos e que visa prestar assistência social, de acordo com os objetivos estatutários, à comunidade de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao processo, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos em lei que regulam em nosso Estado o Estatuto da utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos irá constar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 177/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente Projeto de Lei n.º 177/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ANNA FRANCO", com sede e foro nesta Capital.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

EZEQUIAS LOSSO, Relator.

Em votação.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 177/80, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

A Mesa irá fazer nova verificação e solicita dos Srs. Deputados que tomem seus assentos.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados o aprovam;

nenhum Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quinta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/80.

EM VOTAÇÃO:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/80.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 72/80.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 3, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/80.

Levanta-se a sessão.